

Da crítica das armas à arma da crítica: as metamorfoses da cultura política gaúcha

Fábio André G. das Chagas

**Doutor em História Social Contemporânea pela Universidade Federal
Fluminense – UFF/RJ**

sepechagas@yahoo.com.br

Resumo

Sob a atmosfera de incontáveis guerras e de uma atividade econômica também violenta, a cultura política do estado do Rio Grande do Sul gestou-se e desenvolveu-se fortemente marcada pela violência; apenas no período da primeira República ocorreu a grande transformação: da política das armas se passou para a política da palavra.

Palavras-Chave: Rio Grande do Sul; política; violência.

Não nos sentimos tentados a postular que o Rio Grande do Sul e os gaúchos têm algo especial ou tão diferente de seus demais compatriotas. Por certo, o desenvolvimento histórico da região lhe confere particularidades, tal como em outros estados. Evidentemente que sendo o Rio Grande mais um estado da Federação inserido, portanto, em um contexto muito mais amplo do que a sua própria dinâmica interna, o processo de trocas de culturas se revela inelutável. Diferentes e ao mesmo tempo semelhantes, o que, afinal de contas, consagra particularidades aos gaúchos? E, ainda, o que informa suas tradições políticas nos termos de sua gênese e desenvolvimento históricos?

Oliveira Viana, ao estudar o desenvolvimento histórico do Rio Grande do Sul, asseverou que as populações que povaram aquelas terras não conferiram primazia ao livre-arbítrio e às veleidades em detrimento da organização racional e coletiva, tal como asseverou Sérgio Buarque de Holanda acerca dos ibéricos. Para Viana (1974), em face das investidas militares do inimigo, os gaúchos despertaram cedo para a noção do poder público como instrumento imprescindível à existência coletiva, donde a hipótese de que o patrimonialismo não vicejou com o mesmo ímpeto tal como outros estados.

Contrariando a interpretação de Oliveira Viana, Fernando Henrique Cardoso (1977) observa que o patrimonialismo marcou profundamente a formação e o desenvolvimento históricos da sociedade sul-riograndense. A força do patrimonialismo fora tanta que o Rio Grande do Sul teria se transfigurado num tipo de poder semelhante às formas sultânisticas em vista do excessivo arbítrio e da violência que revestiram a autoridade naquelas terras.

Parece-nos mesmo que o Rio Grande tanto reúne particularidades quanto se mostra tão brasileiro como o é Pernambuco, Minas Gerais ou São Paulo. A citação que segue, advinda de Guilhermino César, sintetiza esse binômio semelhança/particularidade:

O sistema português de ocupação do espaço atendeu a realidades imediatas de um longo processo de tropicalização da sua cultura originária. Realidade viva, maturada em função do municipalismo lusitano, tal cultura já se aclimara bem no Nordeste, na Bahia, em São Paulo e Minas. Aqui, na zona temperada austral, impregnou-se de novos valores, conheceu as peripécias dos conflitos de fronteira, friccionou-se muito mais com o mundo hispânico do que em qualquer outra zona do Brasil. Por conseguinte, dada também à constância dos atritos, o luso-brasileiro sulino teve de assumir, em face da vida, outro comportamento. Atuou, porém, como elemento catalisador, tanto quanto como divisor de águas, o estilo de vida inerente ao povoado de extração portuguesa, continental ou insular. Aí, nos vilórios nascentes do Rio Grande do Sul, com suas igrejas, seus oficiais da Câmara, suas procissões, seus hábitos morigerados, os lineamentos da vida civil copiaram os modelos já vigentes em outras regiões brasileiras, com uma nota de originalidade que lhes acrescentaram açorianos e madeirenses. E isso não obstante as entradas e bandeiras, o afluxo de espanhóis andejos, vindos da província de Buenos Aires, da Banda Oriental e de *Corrientes*, como também a descida, para os campos de Viamão, de lagunenses, vicentistas e piratininganos, muitos dos quais se radicaram com suas fazendas entre a costa e os grandes rios formadores da concha do Guaíba (CÉSAR, 1979, p. 16-17).

Se a roda da história movimentou transformações no ser e no fazer do gaúcho, as elites dominantes do estado não hesitaram em utilizá-los como instrumento de sustentação ideológica. Em substituição ao gaúcho errante e miserável, fabricaram o “centauro dos pampas” (GONZAGA, 1996). Na mestra e ainda segundo as observações de Sergius Gonzaga (1996), o eco dos propósitos ideológicos das elites dirigentes alcança o imaginário coletivo das classes subordinadas, e estas, uma vez desalojadas da sua condição anterior, aferram-se a um passado idealizado, porém desprovido de sentido reivindicativo e violento. Assim, os trabalhadores repousam suas ilusões num “saudosismo benigno” em vez de enfrentar a estrutura de exploração.

Os gaúchos, utilizados primeiramente para o trabalho com o gado selvagem do pampa ou domesticado das estâncias, rapidamente também seriam utilizados como soldados nas intermináveis peleias travadas com os castelhanos

ou com os próprios compatriotas. Visto então apenas como um inculto trabalhador pastoril, o gaúcho foi também notado como um guerreiro indomável no contexto das guerras do século XIX (CÉSAR, 1979). Nesta direção, Fernando Henrique Cardoso observa que a pressão militar no estado do Rio Grande do Sul

tornava a própria ordem militar não diria mais rígida, porém mais dependente, para a sua preservação, da existência de pessoas com qualidades e incentivos como a coragem pessoal e a ousadia diante do inimigo (1977, p. 86).

Importa-nos aqui perceber que a experiência gaúcha propiciou àquelas populações, ou mesmo exigiu delas, desde muito cedo, a tomada de posição nas questões políticas, comumente de maneira violenta. Não queremos dizer com isso que os sul-rio-grandenses detinham condições para avaliar os conflitos políticos e relacioná-los com seus interesses, posto que, em geral, os peões seguiam seus patrões nas guerras sem avaliar qual seu real interesse naquilo tudo. Queremos tão somente, neste momento, destacar que, conquantos a população pobre tenha lutado muitas vezes por interesses que não eram os seus, isso de alguma forma pesou sobre o processo de politização daque-las criaturas exploradas.

Desde antes de sua fundação oficial em 1737, as plagas que se tornariam o Rio Grande de São Pedro, e posteriormente o Rio Grande do Sul, suscitararam a formação de relações que se regeram sob o signo da violência. O desenvolvimento de um espírito belicoso foi condição *sine qua non* para o povoamento do estado em virtude dos irresolutos conflitos lindeiros. Por seu turno, as lides campeiras, visando à extração do couro e aos subprodutos do boi, demandavam trabalho duro, coragem e destreza dos peões, e estes, não raras vezes, tombavam perante a hostilidade de índios, do gado selvagem e de outras feras (FREITAS, 1996).

Fernando H. Cardoso, ao salientar a proeminência militar sobre a ordem civil, infere que as circunstâncias histó-

ricas do Rio Grande do Sul plasmaram tipos sociais corajosos e ousados, mas infensos à submissão e à disciplina rotineiras. O autor assevera, então, que no Rio Grande

da bravura e impetuosidade à indisciplina e ao desmando a diferença é pouca, quando a ordem militar e a própria sociedade não possuem as condições necessárias para manter os mecanismos regulares de obediência e a noção do dever (CARDOSO, 1977, p. 86).

O perfil subsidiário da economia gaúcha, articulado com as formas de desempenho no labor pecuário, propiciou o desenvolvimento de relações de produção sobejamente singulares naquele estado, de tal monta que o processo de exploração dos proprietários sobre as “criaturas errantes” do pampa se revelava pouco nítido. Tais relações de produção, uma vez que não antagonizavam o conflito e não denunciavam a existência de interesses econômicos distintos, suscitaram um tipo de “integração ideológica” entre patrões e empregados.

Para Tarso Genro (1996), a explicação deste fenômeno reside na particularidade da produção extensiva ao Sul do Brasil, posto que este processo produtivo não comportava uma relação idêntica entre *tempo de produção e tempo de trabalho*. Com estas duas categorias, Genro observa que a relação de produção aparecia como se não houvesse o processo de exploração do estancieiro sobre o peão. Depreende-se daí uma importante chave explicativa: a capacidade que os proprietários detinham de mobilizar trabalhadores rurais para lutar em guerras que muito pouco significavam para a melhoria de suas condições de vida e trabalho.

Acrescente-se a estes aspectos já apontados a forma de realização do trabalho pastoril. Comumente, os estancieiros envolviam-se diretamente no labor pecuário, exercendo as mesmas atividades que seus peões. A explicação para este tipo de envolvimento parece residir no espírito aventureiro que as lides do campo suscitavam em seus agentes.

Além de trabalhar junto e desempenhar as mesmas tarefas de seus subordinados, nestas jornadas de trabalho o

patrão compartilhava o churrasco e o chimarrão com os “seus” (SCHILLING, 1979). Conquanto não possamos atribuir esta hiper-racionalidade aos latifundiários, obliterava-se em boa medida não apenas a imagem de patrão como também se ocultava o processo de exploração do trabalho alheio. Todavia, a despeito destas particulares das relações de produção, o poder do latifundiário sempre permanecera absoluto perante seus subordinados, não raramente assegurado e reforçado por uma pesada atmosfera de violência. O peão de estância, nesta estrutura social, atuou simultaneamente como trabalhador rural e soldado, mas de um tipo não submetido ao trabalho regular e vigiado e tampouco atrelado à disciplina dos quartéis.

Em virtude dos escassos registros sobre as classes subalternizadas do Rio Grande do Sul em tempos remotos, aduziremos elementos das classes dirigentes para, deste modo, chegar a aspectos do ser e fazer políticos das classes exploradas daquelas terras. Queremos ressaltar, portanto, que buscaremos identificar traços do comportamento político das classes dominadas de duas maneiras: primeiramente, a partir da adução que faremos sobre o comportamento social e político advindo das relações de produção e da dinâmica da guerra no pampa gaúcho; em seguida, içando aspectos possíveis de serem estendidos às classes exploradas a partir das considerações concernentes às classes dirigentes do Rio Grande do Sul até fins do século XIX. Para tanto, guindaremos as noções de *circularidade cultural* e de *apropriação*.

A primeira delas, apropriada do linguista russo Mikhail Bakhtin pelo historiador italiano Carlo Ginzburg, foi utilizada de maneira profícua para analisar as trocas culturais entre os grupos hegemônicos (cultura erudita) e os não hegemônicos (cultura popular), ora operando movimentos de cima para baixo, ora em movimento inverso. Temos daí que a categoria em tela se presta satisfatoriamente à prerrogativa de que diversos traços político-culturais das classes dominadas poderão ser guindados a par-

tir do estudo das classes dirigentes.

A segunda categoria aludida, sugerida por Roger Chartier, também se mostra valiosa para validarmos o procedimento adotado, uma vez que para este autor a cultura popular e a erudita constituem fatores pouco discerníveis em face da concepção que sustenta sobre a fluidez das circulações e do compartilhamento de certas práticas. Segundo Chartier, ideias e valores recebem empregos populares sem que os sejam em sua origem, e o mesmo vale para o emprego erudito de práticas não necessariamente oriundas dos grupos sociais eruditos. Apesar de não simpatizarmos grandemente com o uso desta categoria para as sociedades de classes mais claramente definidas, aprovamos sua aplicação para sociedades não fortemente polarizadas, como foi o caso da sociedade gaúcha entre os séculos XVIII e XIX.

Décio Freitas, ao analisar as relações de produção no Rio Grande, procura denunciar a burla das classes dominantes sobre os trabalhadores com base no argumento de que as lides pastoris quase nada exigiam dos peões, posto que a natureza praticamente se encarregava da totalidade do processo. Com isto, propalava-se aos quatro ventos que aquela gente não trabalhava e, portanto, muito menos ainda era explorada. Sobre isto, Décio Freitas assevera:

Como consequência, a história gaúcha não registra contestações da massa dominada contra a ordem dominante. Não há no passado do Rio Grande nenhuma insurgência de conteúdo popular, semelhante às verificadas no Nordeste. A história gaúcha é, em rigor, – caso único no Brasil – uma história sem povo. Mercê disso, pôde, no passado, a classe dos estancieiros, mobilizar facilmente os peões ou gaúchos como massa de manobra ou ponto de apoio para a solução de seus conflitos internos, incluídos nesta dominação os conflitos entre estancieiros riograndenses e platinos pela posse de terras e gados (1996, p. 24).

Os três pilares estruturantes do ser e do fazer gaúchos (guerra, baixa extração de mais-valia e a integração do patrão com os peões no labor pecuarista), ao longo da história do Rio Grande do Sul, de sua formação até o advento da República, cristalizaram traços marcantes na cultura po-

lítica, com destaque para o fator lealdade.

Para Loiva Otero Félix (1996), as contingências do processo histórico sulino no século XIX, que demandavam a formação de tipos humanos como o patrão/chefe militar e o peão/soldado, favoreceram a constituição de processos psicossociais correlatos que reforçaram os laços de dependência em níveis econômicos e psicológicos.

A despeito dos laços de lealdade, as relações de dominação não dispensaram o uso sistemático da violência. Se para o peão de estância a violência se apresentou de forma amena, igual sorte não desfrutou o escravo africano. Nas charqueadas, o castigo e a tortura ilustram apenas parte da extrema violência embutida nas relações de produção (MAESTRI, 1979). Tal como Jacob Gorender (1985) apontara em *Escravismo Colonial* sobre o caráter “pedagógico” da violência sobre os escravos, os cativos africanos no Rio Grande do Sul igualmente introjetaram o terror sistemático e cotidiano a que eram submetidos.

Para que tenhamos um pouco mais de clareza sobre os limites deste fator lealdade, valerá a pena lembrar que os escravos que lutavam nas fileiras farroupilhas ao Sul do Brasil foram vítimas de uma das mais infames traições já registradas na história do nosso povo. Davi Canabarro, importante líder farrapo, por meio de sua sórdida traição manchou a honra dos “indomáveis farroupilhas”, sabidamente os mais badalados heróis da história guerreira gaúcha. Em 1844, os negros farrapos representavam quase metade do contingente rebelde farroupilha. Neste mesmo ano, em busca da paz, Caxias negociou com o general Davi Canabarro o extermínio da soldadesca negra numa batalha pré-arranjada, a “Surpresa dos Porongos” em 14 de novembro de 1844. Como seria de se esperar, os valorosos infantes, lanceiros e cavaleiros negros do pampa farroupilha foram derrotados pelas tropas imperiais (LEITMAN, 1997, p. 75).

A nosso ver, é preciso estabelecer uma relação cuidadosa com este fator lealdade a fim de não chafurdarmos no

terreno moveidiço da apologia acrítica ou do rechaço puro e simples, posto que alguns autores visualizam a integração ideológica e a admiração recíproca, ao passo que outros enfocam a extrema violência sobre os escravos; ainda outros destacam que a brutalidade e a violência perpassaram as entranhas da formação social gaúcha daqueles tempos.

Este ligeiro resgate de algumas opiniões se presta à análise de que se patrões e empregados lutaram ombro a ombro, isto pode não decorrer simplesmente de critérios como a lealdade. Mário Maestri (2003) nos recorda que exploradores e explorados lutaram ombro a ombro nos conflitos, de sorte que os peões migravam para o lado da trincheira que seus senhores fossem, mesmo lutando por interesses alheios aos seus. Todavia, se atentarmos para uma outra recordação, a de Oliveira Viana (1974), veremos que lutar ombro a ombro poderia significar também a única saída para a manutenção da própria vida do peão e do patrão. O autor em tela observou que ao passo que as populações do Nordeste brasileiro sofriam ataques de invasores pelo litoral, a população sul-rio-grandense sofria os ataques pelo interior, pela fronteira.

O significado para cada um deles é que enquanto no Nordeste podia-se contar com a proteção das tropas da linha de frente, no pampa gaúcho fazia-se necessário o envolvimento de toda a população para guerrear contra os castelhanos. Portanto, não negamos que a lealdade ao patrão/chefe militar tenha levado os peões de estância para a guerra, mas há que se considerar que bem convinha não morrer, ainda que para isso fosse preciso arriscar a vida.

De acordo com Loiva Félix (1996), a valorização da lealdade ao chefe, como dado cristalizado na cultura gaúcha, foi lentamente transfigurando-se em lealdade aos coronéis da Primeira República, canalizado pelo castilhismo-borgismo e, posteriormente, aos partidos políticos. Esta, aliás, é marca característica da sociedade gaúcha ainda hoje. Embora não se aplique à totalidade de seus habitantes, é lá, no entanto, que se vê um tipo de voto mais vincula-

do aos partidos do que aos candidatos.

Seria de esperar que na dinâmica política sul-rio-grandense se refletissem os movimentos pela independência que já eclodiam desde princípios do século XIX no Vice-Reinado do Prata, donde a presença no Rio Grande de projetos políticos em que se notava as ideias de República e Federalismo que assombravam o projeto centralista-absolutista estabelecido no Brasil pela corte portuguesa (PICOLLO, 1998). Os processos de formação nacional da Argentina e do Uruguai refletiram fortemente no Rio Grande do Sul, uma vez que os incontáveis confrontamentos entre *blancos* e *colorados*, *unitários* e *federais* ecoaram diretamente na política interna do estado em pauta (NOLL, 2004). O Rio Grande sempre fora utilizado como alternativa aos grupos políticos que se viam ameaçados de aniquilamento ou eram vítimas de perseguição. A fronteira figurava como base de ação política para estes grupos levando, por sua vez, a que a população gaúcha das fronteiras, bem como os militares lá sediados se posicionassem por um dos lados contendores.

No tocante aos estancieiros, vimos que se forjam em um contexto fortemente militarizado, origem de sua caracterização como a de uma oligarquia militar fundamental à manutenção dos limites lindeiros da região. Este processo se desenvolveu sob a chancela do Governo Central que, necessitando dos serviços desta oligarquia militar, permitia sua sobrevivência como tal. Assim, o processo de formação do Rio Grande do Sul ensejou a formação de uma elite não apenas militarizada, mas também sobejamente autoritária.

Afora o caráter autoritário, para bem entender nossas considerações acerca das camadas dirigentes gaúchas, é preciso se ter em mente que estas, desde a época da Independência, desataram um processo de lutas intestinas, não obstante a unidade que empreenderam em algumas ocasiões. Esta singularidade do estado sulino engendrou uma tradição em cujas forças políticas, ao longo das mais diversas conjunturas, se dividiram essencialmente em dois

campos. Embora não se tenham situado em campos verdadeiramente antagônicos, as elites dirigentes sulinas travaram intensas disputas eleitorais e armadas, fonte da tradição bipartidária vigente até hoje no Rio Grande do Sul. A tradição polarizadora mostrou sua força inclusive na Guerra dos Farrapos.

Em verdade, a Guerra dos Farrapos, em seu alvorecer, chegou a contar com o apoio de setores sociais mais amplos, mormente das classes hegemônicas. Entretanto, o desenrolar desta guerra, que em princípio contou com ampla união das classes dirigentes em virtude de desdobramentos como a Proclamação da República Rio-Grandense a onze de setembro de 1836, rapidamente levou as mesmas classes a se lançarem em campos opostos, política e militarmente. Do confronto entre os legalistas e os liberais farroupilhas, segundo Helga Piccolo, resultou a constituição de um governo republicano e de um governo imperial no Rio Grande do Sul, este último sediado em Porto Alegre (PICCOLO, 1998, p. 37-38).

Para além das mitificações em torno da Guerra dos Farrapos, que tão festivamente celebra boa parte da sociedade sul-rio-grandense, cumpre-nos apontar, ainda, em poucos traços, que, segundo Décio Freitas, a guerra perdida que tanto se comemora consistiu num “movimento destinado a assegurar as condições da dominação e do desenvolvimento da burguesia pastoril gaúcha, ameaçada pelo centralismo a serviço do Sudeste” (1997, p. 117). Na mesma direção, assevera Sandra Jatahy Pesavento que no universo farroupilha os defensores da Monarquia Constitucional ou da República

estavam defendendo um regime político que se coadunava com os interesses dos grupos dominantes locais e que a questão da soberania, tantas vezes alardeada em um e outro caso, deve ser entendida como ‘interiorização dos centros de decisão’ ou ‘capacidade de livre determinação’ (1997, p. 24).

Veremos mais adiante como a Guerra dos Farrapos foi largamente utilizada no decênio de 1920 com vistas a

assegurar aquilo que Gramsci denominou direção moral/intelectual de uma dada sociedade.

No último quartel do século XIX, no Rio Grande do Sul, como de resto no Brasil, vão-se irrompendo sensíveis transformações de caráter econômico e social. Até este período já havia se conformado uma cultura política de fortes traços na sociedade sulina. No conjunto, a violência, se não foi a parteira, foi ao menos o fator ordenador de uma sociedade forjada nas circunstâncias em que se formou a gaúcha. De resto, esta sociedade ingressará na Primeira República politizada e polarizada, mobilizada comumente por chefes político-partidários. Deste modo, o Rio Grande ingressa em sua história republicana com uma população sensivelmente politizada, como bem observa Guilhermino César:

A instrução pública, na província, só se desenvolveu após 1845, com a abertura de escolas públicas em diversas povoações. No entanto, se faltou a seus habitantes maior polimento intelectual, a europeia, sobrou-lhes a experiência de vida batalhadora. Guerras de fronteira, choques de cultura, miscigenação intensa atuaram favoravelmente, conformando uma consciência política sensível aos deveres da cidadania brasileira em face da América espanhola. Povo acostumado a enfrentar momentos difíceis, a competir com o estrangeiro, o sul-rio-grandense afirmou-se no tempo histórico, reivindicou direitos, postulou-os com energia e determinação. Prova disso é a Revolução Farroupilha, com a qual amanheceu no Brasil o direito constitucional republicano. Tudo isso levou-o a uma politização intensa (1979, p. 27-28).

Durante o período da Primeira República, viveu-se no Rio Grande do Sul um processo de estruturação das bases do capitalismo sob uma condição subordinada e periférica, de sorte que nem mesmo a conjuntura internacional favorável permitiu a resolução dos problemas ligados à produção e à comercialização, uma vez que o sistema produtivo gaúcho não se desenvolveu conforme as exigências de uma empresa capitalista plenamente desenvolvida.

No plano das lutas políticas, a Primeira República no Rio Grande do Sul será marcada pela ascensão de parte

das elites econômicas (PRR)¹ alijando por completo uma outra (PL) dantes incrustada no aparato governamental. Assim, o que se observa é a permanência/atualização de um processo político polarizado que acabará por tatuar intensos embates políticos, inclusive armados, ao longo do período em questão. Esta feição ainda uma vez singularizará o Rio Grande em relação aos estados congêneres. Em torno deste quadro político ao Sul do Brasil, Hélio Trindade observa que:

A característica básica da classe dirigente gaúcha, originária de uma economia regional de tipo agropecuário baseada na grande propriedade é a eclosão de uma clivagem política consistente, cuja fissura profunda atravessa todo o tecido social, exprimindo-se no radicalismo ideológico e, às vezes, insurrecional de grupos em conflito permanente: no governo, os conservadores-autoritários; na oposição, os conservadores-liberais. Este contexto político regional, cujas raízes se encontram nas rupturas políticas desencadeadas ao final do Império ao se constituir a contra-elite da propaganda republicana, e que corresponde a diferenças, nos planos ideológico, econômico e social, tornar-se-á um dos fatores básicos da politização típica do Rio Grande do Sul (1980, p. 15-16).

No curso da Primeira República gaúcha, determinados traços da cultura política, bem como certos fenômenos sociopolíticos, não sucumbiram. Pelo contrário, reafirmaram-se à luz de um processo de atualização, do qual se destaca o fenômeno coronelista em terras gaúchas. Sobre as feições mais substantivas deste, no entanto, não se chegou a um consenso na historiografia sulina.

Para Celi Pinto, por exemplo, os republicanos do PRR instalados no poder ao longo de toda a Primeira República, longe de interagir com a estrutura política coronelista, teriam enfrentado-a. A articulação de alianças com os coronéis gaúchos teria sido, portanto, um estratagema dos liberais oposicionistas, mas nunca dos castilhistas-borgistas.

¹ O PRR estruturou-se sob rígida disciplina partidária e ideológica. Procedia do Norte do RS, região de estancieiros menos ricos que os da Campanha, reduto da oposição liberal, transfigurada em Partido Federalista e finalmente e em Libertador. Filiado ao positivismo, o PRR apresentava os problemas gaúchos e suas soluções em termos ideológicos. No pantheon dos seus grandes vultos, figuram Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros, Getúlio Vargas, entre outros.

A autora citada defende ainda que o PRR não figurou como partido oligárquico; por isso sua política de aproximação junto a distintos setores sociais sulistas.

Por seu lado, Loiva Félix (1996) interpreta o fenômeno diferentemente. Considera que tanto liberais quanto republicanos travaram relações com os coronéis do estado. A autora aponta que no Rio Grande estruturou-se um coronelismo distinto daquele irrompido nos outros estados na medida em que se plasmou pelo influxo da tradição militar de fronteira e a força doutrinária do positivismo castilhista-borgista, resultando daí uma relação singular entre os poderes locais e estaduais, de modo que os coronéis, cooptados e intimidados pela Brigada Militar, em vez de submeter o executivo aos seus anseios, submetiam-se às diretrizes do Poder Executivo estadual.

Joseph Love interpreta o fenômeno em tela por um ângulo muito semelhante ao de Loiva quando aponta que:

O que singularizava o coronel gaúcho era o papel que ele representava na estrutura do partido. Em outros estados o coronel geralmente conquistava a sua posição no partido situacionista graças, em parte, ao seu poder econômico e ao seu prestígio social dentro de certa área. Conquanto esses fatores tivessem algum peso no Rio Grande, havia uma qualificação indispensável para um homem exercer o poder local: a disposição para aceitar as decisões superiores; daí o nome de coronel burocrata (1997, p. 113).

Chamamos a atenção do leitor neste momento porque a despeito da atualização e da permanência de fenômenos sociopolíticos como o coronelismo, uma tradição política gaúcha sobrepõe-se ao fenômeno coronelista na medida em que o coronel permanece coronel, mas de um tipo enquadrado pelo partido, ou, no limite, pelo Poder Executivo. A pretensa autonomia do coronel condicionava-se então à obediência daquele às instâncias decisórias, acima do seu poder local.

Tangenciando outros aspectos da tradição política gaúcha, cumpre destacar que por obra do Partido Republicano Rio-Grandense operou-se uma transferência da lealdade,

antes remetida a um chefe, para a lealdade a um partido ou a um poder constituído. Observando rapidamente esta questão em nível nacional, constataremos, com efeito, que a imersão dos coronéis às estruturas partidárias também ocorreu em alguns estados congêneres. Todavia, o caso sul-rio-grandense mesmo aí comporta suas especificidades.

Conforme já observamos, nos anos 1920, a burguesia gaúcha, cônscia de sua fraqueza econômica perante o centro do país e o capital estrangeiro, encetou a formação de agremiações em defesa de seus interesses - origem de sua ação política “orientada para um Estado paternalista e providencial”. Se por um lado esta orientação decorre da fraqueza nacional das elites sulinhas, por outro é preciso levar em conta a influência doutrinária positivista que contribuiu para que a condução política do Rio Grande, pelo PRR, tivesse a conferir ao poder executivo a tarefa de promover e controlar o desenvolvimento socioeconômico do estado. Pautando-se no postulado comtiano da integração do proletariado à sociedade moderna, o modelo político castilhista-borgista ensaiou pioneiramente a formulação de leis de caráter social que, de alguma forma, amparasse os trabalhadores.

Neste contexto, como se situou a outra fração de classe, arrancada à “fórceps” do poder no estado do Rio Grande do Sul? Bem, sabemos que o PRR, quando se instala no poder em 1889, desaloja os liberais sem que qualquer mediação seja feita no sentido de garantir aos novos oposicionistas “fatias” do aparelho estatal. Desta situação desatar-se-ão duas guerras civis, por meio das quais, ao final de 1923, um novo cenário político se firmará nas terras do personagem “Capitão Rodrigo”. Sobre este novo momento, Hélio Trindade escreveu:

Assim que ‘num dos capítulos épicos’ politicamente mais significativos da história do Rio Grande, a oposição conquistava seu espaço político: primeiro, tentando pelas eleições, dentro das regras do jogo, ocupar o poder; depois, pelas armas, insubordinando-se ao monopólio, por mais de três décadas, do Partido Republicano, cuja hegemonia aplastante só será

rompida pela força e através do reconhecimento efectivo da existéncia de uma oposição com viabilidade política e, finalmente, pela imposição da arbitragem federal, aceitando a troca da linguagem das armas pela negociação, desde que se reconhecesse a existéncia de uma nova relação de forças políticas, até então apenas, decorativamente, consentida pelo poder (1980, p. 178-79).

A despeito das divergências entre as frações de classe da burguesia gaúcha, importa saber ainda que as feridas abertas pela guerra civil de 1893-95, ceifando mais de dez mil vidas, suscitou ódios que acompanharam os trinta e três anos subsequentes da história republicana gaúcha. A violência, companheira inseparável da sociedade sulina desde tempos idos, como em quase todas as sociedades de classe, ultrapassou os limites da luta armada na Primeira República. Mais do que isso, a sociedade gaúcha não se enquadrhou naquilo que Weber postula como condição de existéncia a um Estado racional moderno, a saber: o monopólio da violência por parte do Estado. Tampouco o Partido Republicano Rio-Grandense conseguiu estabelecer a governança unicamente pelo carisma. À frente do poder, o PRR atuou nos moldes maquiavelianos, ou seja, pelo carisma e pela força.

Um traço delineado pelo castilhismo-borgismo no Rio Grande do Sul é digno de nota, posto que a ascensão de Getúlio Vargas, em certa medida, catapultou para o âmbito nacional a experiência republicana gaúcha, a saber: a legislação trabalhista, o intervencionismo estatal na economia e na sociedade e uma postura antidemocrática de corte positivista. Sobre este aspecto, a opinião de Vizentini é a de que “tais fatos ligam-se ao espectro mais amplo da transição capitalista de modo que Vargas e seu grupo objetivavam fazer avançar a revolução burguesa” (1998, p. 69). Traçando um panorama geral das imbricações do positivismo com os quadros intelectuais e políticos do PRR, Sandra Pesavento observa que:

Recolheram-se da ideologia importada da Europa aqueles aspectos politicamente válidos para manter, no poder, parcela da classe pecuarista, traçando um

sistema de alianças com certos setores sociais, com o que se alargava a base social do partido político situacionista (Partido Republicano Rio-Grandense – PRR) e mantinha-se ao mesmo tempo a submissão das camadas populares. Para os demais setores econômicos sociais não pecuaristas, o grupo positivista acenava com a meta do ‘desenvolvimento econômico global’, com o objetivo da ‘auto-suficiência econômica’, que deveria ser implantado no estado, bem como com a solução dos transportes que atenderia a toda a economia estadual. Para as ‘classes médias’ urbanas, o positivismo cativava com a sua fachada de austeridade, moralidade, moralismo, ideal de ‘sã política, filha da moral e da razão’ e, porque não dizer, com a ampliação do corpo do funcionalismo e da burocracia, oportunizando ascensão social para camadas urbanas emergentes. Para as próprias camadas populares urbanas, o positivismo estendia a mão, apelando para o tratamento justo da ‘questão social’, que não devia ser considerada um ‘caso de polícia’, mas um ‘caso de Estado’ (1996, p. 66).

A citação, apesar de extensa, merece ser destacada em face de determinadas práticas do PRR em relação às classes populares que, descoladas de uma visão totalizante, nos induzem ao engano de achar que, por isto, a oligarquia republicana diferenciava-se decisivamente das oligarquias congêneres espalhadas pelo país. O risco realmente não é pequeno. Alguns exemplos da postura castilhista-borgista para com as classes trabalhadoras se revelam muito úteis à armadilha ideológica justamente em um estado que tanto se liga às suas tradições. Sérgio da Costa Franco, autor da passagem que segue, não intentou camuflar o caráter explorador e opressivo da elite pecuarista, mas tão somente aduzir traços particulares à elite em questão. Assim, o autor nos faz conhecer que:

Merece menção, porque expressivo de uma mentalidade arejada e progressista para o seu tempo, o regulamento expedido para o pessoal dos serviços de dragagem das lagoas. Era esse um encargo da Secretaria de Obras Públicas, para o qual seria necessário o aliciamento de trabalhadores braçais. Regulando o regime de trabalho desses operários, o Secretário Parobé expediu instruções, aprovadas pelo Presidente Castilhos através do Ato nº 31, de 22 de setembro de 1897, nas quais se estabelecem mínimos e máximos de salários, segundo as especificidades do pessoal, limitação dos horários de tra-

lho (9 horas diárias nos meses do inverno, 10 horas na primavera e outono e 11 nos meses de verão), direito dos operários à remuneração normal nos dias em que o mau tempo ou outra circunstância extraordinária impedisse o trabalho, bem como o pagamento de 2/3 dos salários aos que adoecessem em serviço ou em consequência deste. Numa época em que se negavam aos trabalhadores as mais elementares garantias e em que os empregados das empresas privadas trabalhavam de sol a sol, sem qualquer limite, dava o governo castilhista um indiscutível exemplo de boa política social (1967, p. 178-79).

A postura do PRR frente às lutas proletárias nem sempre se coadunou com a sensibilidade positivista diante da questão social, pois, de acordo com Sandra Pesavento, “em diferentes momentos grevistas, a atitude do governo variou conforme a amplitude e gravidade do evento e com as condições históricas do momento” (1979, p. 227). No ano de 1906, pelo fato de não ameaçarem a ordem estabelecida, o governo não interveio nas greves de outubro, deixando que se firmasse um acordo entre patrões e trabalhadores. Já em 1917 o governo não deixou de intervir, e neste episódio o governador Borges de Medeiros agiu em favor dos trabalhadores. Todavia, nas greves de 1918, o governo mudou de postura e desencadeou uma repressão brutal sobre o proletariado, revelando o seu apego ao positivismo como “mais um posicionamento tático, enquadrado dentro de condições históricas específicas, para defender os interesses da classe dominante.” (PESAVENTO, 1979, p. 228).

Para autores como Miguel Bodea (1977) e Alfredo Bosi (1992), a postura do PRR diante da questão social pode muito bem se afigurar como a gênese do trabalhismo ou do “Estado Providência” no Brasil. As condições para a emergência deste “pré-trabalhismo” residiriam no perfil econômico gaúcho voltado para o mercado interno e no plano da luta interna das classes dominantes, o que propiciou o desenvolvimento de uma política econômica cujo custo social recairia sobre as oposições liberais. Destarte, o tratamento diferenciado que se deu ao movimento operário no Sul do Brasil teria capacitado as elites gaúchas no pós-1930

a engendrar as alianças com as classes populares.

O fio de continuidade entre as práticas do PRR e a direção nacional de Vargas após 1930 é duramente combatido no âmbito da historiografia sobre o tema. O historiador gaúcho Alexandre Fortes notabilizou a posição de duas autoras conterrâneas acerca da questão. Para Silvia Petersen, as ações de Borges de Medeiros não podem ser interpretadas como pró-trabalhadores, uma vez que as negociações entre capital e trabalho se davam em âmbito privado permitindo aos patrões declinarem a qualquer hora dos compromissos que assumiam. Ademais, quando da solicitação da classe patronal, o governo gaúcho tomava partido em defesa dos interesses do capital sobre o trabalho. Sandra Pesavento, por sua vez, resgata a ação da bancada gaúcha no Congresso Nacional, que teria se revelado um grande empecilho à aprovação de leis de proteção social no decênio de 1920 (FORTES, 2004, p. 276-277).

A burguesia gaúcha, em suas relações com as classes trabalhadoras do estado, atuou de modo a interferir no processo de desenvolvimento da consciência política do proletariado. Isto se deu de duas maneiras. Primeiramente por intermédio de uma postura “benfeitora”. Ao oferecer relativa estabilidade no emprego e um conjunto de benefícios aos trabalhadores, o patronato “tornou-se um grande desafio para o movimento operário, cujas lideranças identificavam seu proprietário como um concorrente na disputa pela lealdade dos trabalhadores” (FORTES, 2004, p. 178). A despeito dessa estratégia de ação patronal, a burguesia do Rio Grande não abriu mão da violência repressiva e assassina.

Outro caminho trilhado pelas classes dominantes sulinas com vistas à direção moral/intelectual sobre a sociedade sul-rio-grandense consistiu na produção literária e histórica sobre o passado do Rio Grande do Sul.

No plano literário, desde fins do século XIX, com a fundação do Partido Literário (1868) ou Sociedade Partenon, uma espécie de associação de intelectuais, já se pode obser-

var o esforço para se louvar e enaltecer os feitos de determinadas personagens do passado. Evidentemente que estes personagens foram todos representativos das classes dominantes, cujas façanhas, reconhecidas pela literatura, credenciam-nas como símbolos da grandeza do povo gaúcho (GONZAGA, 1996).

No tocante ao fazer político das classes populares no Rio Grande do Sul, afora a constatação de que as massas trabalhadoras do campo ainda não apresentavam condições para se articular e ameaçar o poder político dos proprietários rurais, vale notar que para autores como Sílvia Petersen, a força da classe operária no decurso da Primeira República é vista como inexpressiva, conquanto se inserisse num quadro de relações de produção potencialmente conflituosas (1979). Apesar disso, o proletariado gaúcho encetou importantes greves desde 1906 contando com significativa participação feminina.

Para Genro (1996), o operariado gaúcho na Primeira República não assistiu passivo ao jogo político monopolizado pelas classes dirigentes. O autor admite o pouco peso daquela classe na estrutura social daqueles anos, fato que não conferia ao operariado papel decisivo nas lutas sociais e, tampouco, força para dividir as classes dominantes.

Tal como ocorreria em nível nacional, o anarcosindicalismo marcou presença no cenário das lutas operárias até aproximadamente 1919. Os anarquistas recrutaram operários para a militância e articularam a luta proletária gaúcha com as lutas nacionais. No interior da Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORGS), forjaram-se notáveis lideranças que contribuíram para dinamizar a vida sindical no estado e para instilar no operariado sulino um espesso espírito de luta e combatividade (PETERSEN, 1979).

Cumpre notar, porém, que a despeito da força anarquista no sindicalismo gaúcho, em 1917 os trabalhadores alinharam-se à postura do governador Borges de Medeiros, que na ocasião lhes foi favorável. Este episódio é digno de nota, uma vez que nos remete à discussão que outrora fizemos.

mos no texto sobre o respeito aos poderes e às instituições constituídas, traço marcante da cultura política gaúcha desde um tempo remoto. Silvia Petersen capta esta tendência no operariado gaúcho, que concebia o Estado como instituição merecedora de respeito e até mesmo como legítimo representante da classe. De nossa parte, parece haver aí a atualização de traços do comportamento gaúcho frente ao universo da política. Este tipo de respeito parece deitar raízes na proeminência militar da sociedade e na atividade pastoril. Embora a atmosfera militar tenha se dissipado em princípios do século XX no Rio Grande do Sul, é preciso atentar para a espessa predominância do mundo rural neste período.

Sem embargo, já na primeira década do século XX, no seio do castilhismo-borgismo irrompia uma geração de jovens bacharéis e políticos, em cujo frontispício avultava-se Getúlio Vargas, que dera início a uma grande virada na cultura política gaúcha. Postulando novas soluções políticas e econômicas, os jovens republicanos também se mostravam mais adeptos das soluções não-armadas para os conflitos políticos. Joseph Love consagrou na historiografia este grupo de jovens republicanos como a “Geração de 1907”, sucedendo a primeira geração republicana, tida como a dos “republicanos da propaganda”.

O advento da Geração de 1907 ter-se-ia dado no contexto da eleição para a presidência do estado. Alguns estudantes da Faculdade de Direito de Porto Alegre constituíram o Bloco Acadêmico Castilhista para apoiar a candidatura de Carlos Barbosa, também apoiada pelo governador Borges de Medeiros. Entre os acadêmicos do Bloco figuravam Getúlio Vargas, Paim Filho, João Neves da Fontoura, Maurício Cardoso, José Antônio Flores da Cunha, Oswaldo Aranha e Lindolfo Collor.

No que concerne à grande mudança operada na cultura política gaúcha no decurso da Primeira República, merece menção a Faculdade de Direito de Porto Alegre que, a partir de 1900, segundo Luiz Alberto Grijó,

passaria a ocupar uma posição central não só na área do ensino jurídico e do ensino superior em geral, mas também como uma instituição formadora e legitimadora de pessoal e de práticas culturais, jurídicas, profissionais e político-partidárias. Teve o papel de socializar e formar escolas e culturalmente boa parte da elite político-partidária, intelectual, do funcionalismo público e da área jurídica do estado do Rio Grande do Sul (2005, p. 12)

Às lideranças políticas procedentes da Faculdade de Direito de Porto Alegre ou ainda de faculdades de fora do estado, como foi o caso da Faculdade de Direito de São Paulo, propiciou-se nova vivência política, da qual os jovens republicanos da segunda geração passaram também a conferir nova dimensão ao jogo político no Rio Grande do Sul, procurando lograr êxito a partir de “critérios intelectuais”.

Também na caserna se observará mudança significativa no período em relevo. Segundo Grijó, os militares mais destacados no Rio Grande já não provinham mais da prática guerreira, eram já em grande parte militares formados pelas academias militares. Aos jovens bacharéis soprava ainda um influxo ideológico fascista em virtude de ser aquele tempo um momento de crise do liberalismo e do nascente prestígio da revolução proletária de 1917 na Rússia. O fascismo, segundo Paulo Vizentini, afigurava-se à “Geração de 1907” como modelo de revolução conservadora e alternativa para os problemas econômicos e políticos que se encorpavam nos anos 1920 no Rio Grande e no Brasil (1998, p. 44).

Embora já tivesse irrompido um novo modo de fazer política ao Sul do Brasil, o recurso à violência não sucumbiu do horizonte, inclusive da geração que plasmaria o novo fazer político gaúcho. Neste sentido, a partir de um episódio violento envolvendo os jovens republicanos, Luiz Grijó destacou que aquela geração notabilizou às gerações predecessoras não apenas o fato de que admitiam a violência como instrumento aceitável na peleia política, mas também de que eram capazes de empunhar armas se preciso fosse. (2005, p. 301-02). Nada de mais, considerando que

toda mudança requer transições, e em se tratando de estruturas mentais, Fernand Braudel, já há décadas, advertiu que estas se constituem nas mais complexas e lentas quando o assunto é a mudança/transformação.

Hélgio Trindade observou que a segunda geração de republicanos, quando em ação na Assembleia de Representantes, cristalizou uma experiência de enfrentamento parlamentar na arena, mormente a partir dos anos 1920, quando do enfrentamento ao grupo do liberal de Gaspar Saldanha. Não mais espada ou outras armas que não a oratória e as ideias. Essa vivência, para Trindade, teria “servido de escola na formação de novos líderes republicanos com uma flexibilidade política mais ampla do que permitem as paixões regionais preponderantes até então no contexto político da Primeira República” (1980, p. 18). Embora se remetendo mais a um âmbito político eleitoral, a citação abaixo recolhida de Hélgio Trindade e Isabel Noll nos possibilita visualizar sinteticamente alguns aspectos do fazer político no Rio Grande do Sul no decurso da Primeira República:

No Rio Grande do Sul configurou-se um padrão de comportamento político eleitoral *sui generis* em termos brasileiros. Se, durante o império, a polarização conservadores *versus* liberais reproduzia o sistema partidário nacional, o elo do liberalismo oligárquico, nascido da Revolução Farroupilha de 1835, explica, em grande parte, a força dos liberais na Província de São Pedro, a partir da segunda metade do século XIX. Esta dominação liberal entra em rota de colisão com minoria republicana liderada por Júlio de Castilhos, que busca institucionalizar o novo regime com a organização de um partido coeso e hierarquizado para enfrentar a força hegemônica dos federalistas e, mais tarde, confrontar-se com libertadores até o governo Vargas em 1928. A evolução das formas de luta – da revolução armada à confrontação político-eleitoral – tornou-se um fator decisivo no processo de politização do Estado. A competição radicalizada entre os conservadores-liberais, liderados por Silveira Martins e Assis Brasil, e conservadores-autoritários, sob o comando de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros, plasmou, até a década de 30, um sistema bipartidário competitivo e estável que contrastava com os partidos únicos regionais do resto do Brasil (NOLL; TRINIDADE, 2004, p. 78).

Pudemos observar que os sul-rio-grandenses mudaram sua percepção sobre a política no decurso da Primeira República. A cultura política gaúcha migrou da política das armas para a política da palavra, não obstante a ocorrência de duas guerras civis no período em tela. Todavia, a arma da crítica havia chegado para ficar e com isso os gaúchos abandonaram, então, a forma de fazer política pela força das armas. Apesar disto, o século XX, mais especificamente o episódio da Crise da Legalidade, de 1961, mostrou que a disposição para a luta armada talvez não tivesse sucumbido totalmente do espírito do povo gaúcho, e sim vivido algumas décadas de hibernação.

Referências

- BAKHTIN, M. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento. O contexto de François Rabelais.* 5. ed. SP: Annablume, 2002.
- BODEA, M. *A greve de 1917 e as origens do trabalhismo gaúcho.* Porto Alegre: L&PM Editora, 1979.
- BOSI, A. *Dialética da colonização.* 4. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1992.
- CARDOSO, F. H. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional.* 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- CHARTIER, R. *A história cultural: entre práticas e representações.* Lisboa: DIFEL, 1988.
- DACANAL, H. & GONZAGA, S. *Rio Grande do Sul: economia e política.* Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.
- DACANAL, J. H. (Org.) *A Revolução Farroupilha: história e interpretação.* 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.
- FÉLIX, L. O. *Coronelismo, Borgismo e cooptação política.* 2. ed. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1996.
- FORTES, A. *Nós do Quarto Distrito: a classe trabalhadora portoalegrense e a Era Vargas.* Caxias do Sul, RS: EDUCS; Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- FRANCO, S. da C. *Júlio de Castilhos e sua época.* Porto alegre: Ed. Globo, 1967.
- FREITAS, D. et al. *Rio Grande do Sul: cultura e ideologia.* 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996.

FREITAS, D.; DACANAL, J. H. e GONZAGA, S. (Orgs.).
RS: cultura e ideologia. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996.

GENRO, T. F. Rio Grande do Sul: tradição jurídica e relações políticas: um estudo introdutório. In: FREITAS, D. et al. *Rio Grande do Sul: cultura e ideologia.* 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996.

GINZBURG, C. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história.* 2 ed. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

GONZAGA, S.; FISCHER, L. A.; BISSÓN, C. A. *Nós, os gaúchos/2.* Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1994.

GORENDER, J. *O Escravismo colonial.* 4. ed. São Paulo: Editora Ática, 1985.

GRIJÓ, L. A. *Ensino jurídico e política partidária no Brasil:* o caso da Faculdade de Direito de Porto Alegre (1900-1937). Tese (Doutorado). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

GUTFREIND, I. *A historiografia rio-grandense.* 2. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1998. p. 39-40.

LOVE, J. L. *O regionalismo gaúcho.* São Paulo: Perspectiva, 1975.

FAUSTO, B. et .al. *O Brasil Republicano 1: estrutura de poder e economia (1889-1930).* 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

NOLL, M. I. e TRINDADE, H. *Estatísticas eleitorais do Rio Grande da América do Sul – 1823/2002.* Porto Alegre: Editora da UFRGS/Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2004.

PESAVENTO, S. J. *A Revolução Farroupilha*. 2. ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.

PESAVENTO, S. J. e DACANAL, J. H. *A Revolução Farroupilha: história e interpretação*. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

PESAVENTO, S. J. *República Velha Gaúcha: charqueadas, frigoríficos, criadores*. Porto Alegre: Movimento/ IEL, 1980.

PESAVENTO, S. J. *História do Rio Grande do Sul*. 9. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002.

PICCOLO, H. L. *Vida política no século XIX: da descolonização ao movimento republicano*. 3. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1998.

PINTO, C. R. *Positivismo: um projeto político alternativo (RS: 1889-1930)*. Porto Alegre: L&PM, 1986.

SCHILLING, P. R. *Como se coloca a direita no poder: os protagonistas – v. 1*. São Paulo: Global Editora, 1979.

TRINDADE, H. T. *Poder legislativo e autoritarismo no Rio Grande do Sul (1891-1937)*. Porto Alegre: Sulina, 1980.

VIANA, O. *Populações Meridionais do Brasil: o campeador rio-grandense*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

VIZENTINI, P. F. *A crise dos anos 20*. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1998.

From weapon criticism to criticism weapon: the metamorphoses of the political culture of the *gauchos**

Abstract

Under the atmosphere of uncountable wars and an economical activity equally violent, the political culture from the state of Rio Grande do Sul was strongly marked by violence during its establishment and development. Only in the period of the first Republic that a great transformation occurred: from the politic of the weapons it changed to the politic of words.

Keywords: Rio Grande do Sul; politics; violence.

*Gaúcho: name used to refer to people from the state of Rio Grande do Sul, Brazil.

Artigo recebido em: 20/8/9

Aprovado para publicação em: 28/9/9